

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

UFES

PROGRAMA DA DISCIPLINA					
NOME DISCIPLINA	CÓDIGO DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PRÉ- REQUISITO	OBRIG./ OPT.	PERIODO
SERVIÇO SOCIAL JURÍDICO	SSO 00036	60 h.		OPT.	2016/1
PROFESSOR: Emilly Marques Tenorio E-mail:emillypmarques@gmail.com					

EMENTA

Cidadania e acesso à justiça no Brasil, direitos e garantias Constitucionais (CF 88). O Poder Judiciário, na organização e funcionamento. Função jurisdicional do Estado e a estrutura judiciária Estadual (instituições penais, juizados especiais, defensoria pública, vara, conselhos, etc.). A defesa dos direitos individuais, sociais e coletivos e a intervenção do Serviço Social: Atuação nas áreas civil e penal e nas diferentes instâncias: família, infância e juventude, criminal, trabalho, previdência, defesa do consumidor, etc. Principais métodos e instrumentos da prática: assistência e orientação sócio jurídica, perícia social, laudos, pareceres, conciliação, ações socioeducativas. Ressocialização de apenados e egressos do sistema penal em processo de liberdade condicional, cumprimento de penas alternativas em trabalhos comunitários, etc.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

- → Propor uma reflexão crítica, fundamentada e contextualizada sobre o trabalho do Serviço Social na área sociojurídica
- → Apresentar a crítica marxista ao Direito e a criminologia crítica
- → Fornecer elementos teórico-históricos críticos sobre o trabalho do assistente social nas diferentes matérias de atuação: infância e adolescência, violência doméstica e familiar contra a mulher, saúde do trabalhador judiciário, famílias, órfãos e sucessões, sistema penal
- → Discutir produção de documentos na área sociojurídica
- → Abordar o trabalho do serviço social em outros equipamentos sociojurídicos

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I - FUNDAMENTOS PARA REFLETIR SOBRE A INTERFACE DO SERVIÇO SOCIAL COM O DIREITO

- 1. Apresentar a crítica marxista ao Direito e seus fundamentos ontológicos;
- 2. O debate sobre marxismo e direitos humanos;
- 3. A Criminologia crítica: problematizando o direito penal;
- 4. Refletir sobre a interface do Serviço Social com a esfera do Direito.

Unidade II - O TRABALHO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

- 5. Produção crítica de documentos, instrumentos e técnicas e sigilo profissional
- 6. Expor a diversidade de atribuições e competências profissionais: infância e adolescência, violência doméstica e familiar contra a mulher, saúde do trabalhador, famílias, órfãos e sucessões, sistema penal
- 7. Novas demandas profissionais no judiciário e implicações éticas.

Unidade III - O TRABALHO PROFISSIONAL EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DA ÁREA SOCIOJURÍDICA

8. As especificidades dos processos de trabalho em outras instituições da área sociojurídica: Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias, CREAS, Instituições de Acolhimento, IASES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

UFES

MÉTODOS DE ENSINO

A disciplina será desenvolvida mediante aulas expositivas e dialogadas, haverá reflexões em Grupo e discussão/debates de textos, sendo indispensável a leitura prévia da bibliografia indicada. Como recursos didáticos utilizaremos: textos indicados na bibliografia, material audiovisual, rodas de conversa com exposições de profissionais da área e seminários a serem preparado pelos próprios alunos.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Vera Malaguti. Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 13-29.

BERBERIAN, Thais Peinado. Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. Serv. Soc. Soc. [online]. 2015, n.121, pp. 48-65. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n121/0101-6628-sssoc-n121-0048.pdf. Acesso em 13 de dezembro de 2015.

BORGIANI, Elizabete. Para entender o Serviço Social na área sócio-jurídica. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 115, p. 508-526, São Paulo: Cortez, I./set. 2013

CAMPOS, Carmen Hein e CARVALHO, Salo. In: CAMPOS, Carmen Hein (org.) Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: Lei Maria da Penha Comentada em uma Perspectiva Jurídico-Feminista, Lumen Juris, 2011. p. 143-172

CFESS. Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão. Brasília (DF) | 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidios_sociojurídico2014.pdf. Acesso em 04 de dezembro de 2015.

_____. O Estudo Social em Perícias, laudos e pareceres técnicos: debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social, São Paulo: Cortez Editora, 2015. 11ª edição.

DELÍA, Agda Aparecida. Trabalho e Saúde no Tribunal de Justiça de São Paulo: repercussões na vida dos trabalhadores. INTRODUCAO: - Atrás da trincheira de processos há vida / - Breve histórico do Poder Judiciário (Páginas: 15-21) OS TRABALHADORES DO TRIBUNAL DE JUSTICA: - Assistente Social e Psicólogos (Páginas: 39-40) OS ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS NA PESQUISA (Páginas: 44-64). São Paulo: AASPTJ, 2014.

GOMES, Carla de Castro. A operação da Lei Maria da Penha e a construção social da "violência contra a mulher" em um juizado do Rio de Janeiro. In: Fazendo gênero 9,2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278299792_ARQUIVO_comunicacaofazendogenero.pdf. Acesso em 13 de dezembro de 2015.

KARAM, Maria Lúcia. A violenta, danosa e dolorosa realização do poder punitivo: considerações sobre a pena. In MATOS, Virgílio de (org.) Belo Horizonte: CRESS-MG,2010, p. 11-25.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. In: Revista Virtual Textos & Contextos, no 3, dez. 2004.

MÉSZÁROS, István. Marxismo e Direitos Humanos. In: Filosofia, ideologia e ciência social. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 157-168.

MARCONSIN, Cleier, Documentação em Serviço Social: debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: FORTI, Valeria e GUERRA, Yolanda (orgs.). Serviço Social: Temas, Textos e contextos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. p. 65-76

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Estudos Socioeconômicos. In: Serviço Social: Direitos e competências profissionais. Material do curso de especialização à distância. Brasília: CFESS, 2007

PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. Quando o camburão chega antes do SAMU: notas sobre os procedimentos Técnico-operativos do Serviço Social. In: FORTI, Valeria e GUERRA, Yolanda (orgs.). Serviço Social: Temas, Textos e contextos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. p. 163-182



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

UFES

ROCHA, Andréa Pires. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 115, p. 561-580, jul./set. 2013

SARTÓRIO, Alexsandra Tomazelli e ROSA, Edinete Maria. Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. In: Serv. Soc., São Paulo, n. 103, p. 554-575, jul./set. 2010

SARTORI, Vitor Bartoleti. Direito e Socialismo? A atualidade da crítica de Marx e Lukács ao Direito. In: Revista Direito e Práxis, vol. 5, n.9, 2014, p. 277-300.

SIERRA, Vânia Morales e BAPTISTA, Michelle Oliveira de Souza. Democracia constitucional, Serviço Social e Justiça. In: O social em questão – ano XVIII, nº 34, 2015. p. 339-350

TONIOLO, Charles de Souza e OLIVEIRA, Bruno José. Criminalização dos pobres no contexto de crise do capital: reflexões sobre os seus rebatimentos no Serviço Social. In: FORTI, Valeria e GUERRA, Yolanda (orgs.) Direitos Humanos e Serviço social: Polêmicas, Debates e Embates. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. p. 113-150.

VALENTE, Maria Luiza. Cap. 4: Famílias em Litígio: o olhar do Serviço Social sobre os processos de ruptura. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: PUC, 2008

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Como avaliação será considerada um estudo dirigido (peso 02) e apresentação de seminário em grupo sobre a atuação do(a) assistente social nos diferentes espaços sociojurídicos (peso 08), dividindo-se entre: Ministério Público, Defensoria, CREAS, Instituições de Acolhimento, Delegacias e IASES.

O seminário será acompanhado por trabalho escrito, cujos critérios avaliativos serão: 1) Observância à ABNT; 2) Utilização da bibliografia indicada na disciplina 3) Clareza e coerência textual. Além disso, os alunos serão avaliados a partir da realização de atividades, participação nos debates e discussão sobre os textos, podendo alcançar até um ponto extra.